

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.736 - SE (2019/0273300-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : MARLEIDE LUCAS DE SOUZA ALVES**  
**ADVOGADO : ARETUSA MARIA SOUZA DE OLIVEIRA - SE001024A**  
**RECORRIDO : MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO**  
**ADVOGADO : DANIELA FREITAS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE010262**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. INVIABILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 162/2002. SÚMULA 280/STF. DEFASAGEM REMUNERATÓRIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MARLEIDE LUCAS DE SOUZA ALVES, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão prolatado pela 1ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado (fls. 305-312, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO DE CÁLCULOS DA URV C/C RECOMPOSIÇÃO SALARIAL E COBRANÇA DAS DIFERENÇAS REMUNERATORIAS RETROATIVAS- CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO CRUZEIRO REAL EM URV - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 162/2002, QUE DISPÕS SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO - PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO - LIMITAÇÃO TEMPORAL - TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98% NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA OCORRÊNCIA DO FATO REESTRUTURADOR NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL -INEXISTÊNCIA DE DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO -PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE PARIATO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS FIXADOS DE ACORDO COM O ARTIGO 85, §§1º E 11 DO NCPC – TRABALHO ADICIONAL REALIZADO PELOS CAUSÍDICOS DAS PARTES E QUE DEVE SER REMUNERADO – SENTENÇA PUBLICADA APÓS A VIGÊNCIA DO NCPC.

- No caso em tela não há que se falar em alteração da sentença, vez que a Lei Municipal nº 162/2002, ao reestruturar os cargos, a carreira e vencimentos dos Servidores do Município de Poço Redondo absorveu eventuais perdas remuneratórias advindas da conversão dos salários em URV, admitindo-se a limitação do pagamento até a data de implementação

# Superior Tribunal de Justiça

da reestruturação de carreiras.

- A presente demanda foi ajuizada, quando transcorridos mais de cinco anos do advento da Lei Complementar nº 162/2002, restando, por isso, as eventuais diferenças apuradas na conversão, abarcadas pela prescrição do fundo de direito, nos termos do art.1º do Decreto Lei nº 20.910/32.

Sem embargos de declaração.

A recorrente em suas razões alega ofensa do art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015, afirmando que o acórdão deve ser reformado porque não acolheu o pedido de inversão do ônus da prova e, sucessivamente, ao art. 373, II, do CPC/2015, apontando que o Tribunal *a quo* não se manifestou em relação aos argumentos apresentados nas razões da Apelante, deixando de fundamentar o acórdão em dispositivos da lei federal, acolhendo presumidamente ditames de lei municipal (Lei Complementar n. 162/2002) superveniente, os quais poderia, de fato, refutar a sentença de improcedência do juiz a quo, reformando-a. Além disso, alega divergência jurisprudencial, defendendo que "não é qualquer lei estruturante que tem o condão de repor as perdas decorrentes da errônea correção da URV" (fl. 323, e-STJ).

Defende, ainda, que, "se não existiam nos autos provas suficientes do direito buscado e o recorrido também não desconstituiu (não provou a incorporação/recomposição pretendida) e a Lei Municipal nº 162/2002 não traz dispositivo expresso de que fez a incorporação/recomposição quando reestruturou a carreira do servidor, tanto o juiz a quo quanto o relator a quo julgaram por PRESUNÇÃO o direito invocado pela Recorrente está ancorado na Lei nº 8.880/94, ou seja, o direito do Requerente esta constituído por não haver fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu, não há que se falar em PRESCRIÇÃO" (fl. 321, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 337-348, e-STJ.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 351-359, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Discute-se nos autos sobre a revisão de vencimentos na qual a autora, servidora pública municipal/professora, requer a revisão dos vencimentos com a respectiva incorporação, em folha de pagamento, do percentual de perda remuneratória decorrente da conversão dos valores monetários do índice da "URV" quando da implantação do Plano Real, realizada no ano de 1994.

De início, em relação à alegada deficiência das razões de decidir, resalto que mesmo a recorrente considerando insubsistente ou incorreta a fundamentação utilizada pelo Tribunal nos julgamentos realizados, não há necessariamente ausência de manifestação, pois não há como se confundir o resultado desfavorável ao litigante com a falta de fundamentação, não estando, pois, o julgador obrigado a responder a todas as alegações das partes nem tampouco rebater um a um todos seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie.

Com efeito, o Tribunal de origem reconheceu a prescrição do fundo de direito para a parte recorrente pleitear as diferenças decorrentes da conversão em URV, com base na seguinte fundamentação (fls. 307-312, e-STJ):

[...]

No caso em tela a demanda foi extinta, com resolução do mérito, ante a ocorrência da prescrição do fundo do direito, por entender o Magistrado, que a Lei Complementar Municipal nº 162/2002, de 30.08.2002, promoveu a reestruturação do quadro de pessoal do Município de Poço Redondo, sendo este o marco inicial para contagem da prescrição quinquenal. Como a

# *Superior Tribunal de Justiça*

demanda foi ajuizada somente em 14.04.2018, restou fulminado o direito da Autora em pleitear as diferenças remuneratórias pretendidas, na forma do Decreto nº 20.910/32.

Entendo que a decisão proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Poço Redondo não merece qualquer reparo.

Explico.

A Lei Complementar Municipal nº 162/2002, de 30.08.2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Poço Redondo, estabelece que:

“Art. 1º - Esta Lei Complementar dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Poço Redondo.

(...) Art. 2º. O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos a qualificação, a dedicação e a valorização dos profissionais da educação, assegurado aos seus integrantes, em observância aos princípios constitucionais.

(...)

Art. 12 - O Plano de Carreira e Remuneração do cargo de Professor de Educação Básica e do cargo de Pedagogo, preenchidos por provimento efetivo, é distribuído em Níveis e Classes, especificados no Apêndice II desta Lei Complementar.

(...) Art. 26 - O vencimento básico mensal dos cargos, para as respectivas Classes e Níveis, do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, é o constante do Apêndice III desta Lei. Art. 27 - Os valores de vencimento, correspondentes, nas Classes, aos Níveis I, II, III e IV, componentes do Quadro Permanente dos profissionais do Magistério Público Municipal, são fixados com os seguintes índices de escalonamento horizontal, entre Níveis, em relação ao vencimento do Nível I da respectiva Classe (...)

Art. 28 - Os valores de vencimento, correspondentes, nos Níveis I, II, III e IV, Classe a Classe, componentes do Quadro Permanente dos profissionais do Magistério Público Municipal, fixado é de 1,035 como índice de escalonamento horizontal, entre Classes (A a J), em relação ao vencimento do Nível da respectiva Classe. Art. 29 - Fica assegurada, nos termos da Constituição Federal, a revisão geral anual da remuneração dos profissionais do Magistério Público do Município de Poço Redondo, sempre na mesma data, de 1º de maio, e sem distinção de índices.”

É sabido que as leis locais posteriores à Lei Nacional nº 8.880/94, não afastam o direito dos servidores em buscarem as diferenças remuneratórias pleiteadas, vez que essas possuem natureza diversa do padrão remuneratório criado naquela. Confira-se por oportuno, os precedentes do STJ e desta Corte de Justiça:

[...]

Assim, a Lei Complementar Municipal editada em 2002, teve sim, o condão de absorver as diferenças vencimentais, consoante se pode aferir da lei aparelhada aos presentes autos, não havendo que se falar em vulneração ao decidido pelo STF em sede de Repercussão Geral no RE 561.836-RN.

Dessa forma, o termo ad quem para conversão foi em 2002, com a edição da Lei Municipal. As ações veiculando a pretensão somente poderiam ser

# Superior Tribunal de Justiça

vertidas até 2007. Logo, como a Ação em comento foi promovida em 14.04.2018, vê-se que a pretensão está prescrita, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 20.910/32.

Por isso, deve ser mantida em todos os seus termos, a sentença proferida nos presentes autos.

Ante o exposto, conheço do recurso para negar-lhe provimento, mantendo a sentença de primeiro grau.

Ao assim decidir, o Tribunal de origem não se afastou da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal segundo a qual, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MARCO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. VALORES PRETÉRITOS QUE SE ENCONTRAM PRESCRITOS. AGRAVO INTERNO DOS SERVIDORES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária ajuizada por Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que pleiteiam a incorporação aos seus vencimentos do percentual de 11,98% decorrente da errônea conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor-URV.

2. A instância originária reconheceu que a Lei 4.620/2005, do Estado do Rio de Janeiro, que reestruturou a carreira dos Servidores do Poder Judiciário daquela unidade federativa, é o marco inicial da contagem do prazo prescricional, e tendo a presente ação sido ajuizada somente no ano de 2014, ou seja, nove anos após a entrada em vigor do respectivo diploma normativo, inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação.

3. O entendimento do Tribunal a quo se alinha a jurisprudência desta Corte Superior de que a reestruturação da carreira dos Servidores é o marco inicial da contagem do prazo prescricional para a cobrança dos possíveis prejuízos decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV, que atinge todo o direito reclamado após o prazo de cinco anos. Precedentes: EDcl no REsp. 1.233.500/MG, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 23.2.2017; AgRg no AREsp. 811.567/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 23.5.2016; AgInt no AREsp. 935.728/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 22.9.2016; AgRg no REsp. 1.565.046/SP, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 31.8.2016.

4. Agravo Interno dos Servidores a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.035.843/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 31/8/2017)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO.

1. Trata-se de ação em que os recorrentes buscam desconstituir acórdão que não reconheceu o direito de recálculo dos vencimentos e proventos

# Superior Tribunal de Justiça

convertendo-os para a URV a partir de março de 1994.

2. O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

3. A apreciação da questão relativa à ausência de prova de eventual prejuízo sofrido, pelo recorrido, pela suposta percepção de valores menores do que os servidores que já se encontravam em exercício em 1994, demanda incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado na via especial, consoante o enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.655.448/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/4/2017)

Além disso, a verificação se a Lei Complementar Estadual n. 162/2002 reestruturou ou não a carreira dos recorrentes, bem como quanto ao ônus probatório, tal como trazida a questão nas razões recursais, esbarra nos óbices das Súmulas 280/STF (*"Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"*) e 7/STJ (*"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*).

A propósito, confira os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ESTADO DE MINAS GERAIS. URV. DIFERENÇA SALARIAL. REESTRUTURAÇÃO DA TABELA DE VENCIMENTOS. LIMITAÇÃO TEMPORAL. OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE NORMA LOCAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO NOS MOLDES REGIMENTAIS.

1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. Segundo precedentes deste Superior Tribunal "para averiguar se a legislação estadual garantiu ou não o pagamento de valores superiores às perdas apuradas, no que tange à conversão de vencimentos públicos em URV, ou se pode ser reconhecida como o marco inicial da contagem do prazo prescricional, seria necessário analisar diploma legislativo local, cognição que é vedada na presente instância recursal, nos termos da Súmula 280/STF: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário' (REsp 1290833/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 19/12/2011).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.353.389/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26/3/2014).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. URV. DIFERENÇAS VENCIMENTAIS. AUSÊNCIA DE PROVA DO PREJUÍZO. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. A instância ordinária assentou que a prova do prejuízo deveria ter

# Superior Tribunal de Justiça

amparado a petição inicial, porque é pré-constituída e documental, inerente ao ônus que competia aos autores, a fim de justificar o direito invocado, o que não ocorreu no presente caso. A alteração de tais premissas, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.193.849/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/3/2018)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. COBRANÇA DE DIFERENÇAS DERIVADAS DA CONVERSÃO DE URV PARA REAL. REESTRUTURAÇÃO DO REGIME DE REMUNERAÇÃO. LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. NÃO OCORRÊNCIA DE GANHO REAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

**1. Cinge-se a controvérsia a eventuais prejuízos sofridos por servidores em razão da conversão da URV com base em Lei local. Porém, nos termos da Súmula 280/STF, 'por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'.**

**2. Infirmar o posicionamento adotado pelo aresto recorrido, pela ausência de ganho real ou inexistência de reestruturação na carreira, conforme busca o agravante, demanda revolvimento de matéria fático-probatória, inviável em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.**

3. Outros fundamentos também conduzem ao não conhecimento do Recurso Especial: a) falta de comprovação da divergência jurisprudencial e b) pela alínea 'b', não há aplicação de ato de governo local em detrimento de lei federal, nem formulação de teses fundadas nesse permissivo (cfr. REsp 1.208.459/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 5.11.2010).

4. Agravo Regimental do Município de Belo Horizonte provido para não conhecer do Recurso Especial de Anilze Vieira Righi.

(AgRg no Ag 1.347.207/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2012).

Em relação à interposição apoiada na alínea "c" do permissivo constitucional, ressalvado o meu entendimento pessoal, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica quanto à inadmissibilidade do recurso especial que, a despeito de fundamentar-se em dissídio jurisprudencial, deixa de apontar o dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem teria dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais (AgRg no REsp. n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 17/03/2014).

Na espécie, a parte recorrente não se desincumbiu de indicar o dispositivo de lei federal supostamente violado em razão do dissídio. Assim, em respeito à orientação firmada pela Corte Especial deste Tribunal, ajusta-se à hipótese a aplicação do contido na Súmula 284 do STF.

A propósito, os precedentes de ambas as Turmas que integram a Primeira Seção deste Tribunal Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DISCURSIVA.  
ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO AO CONTEÚDO DO EDITAL.

# Superior Tribunal de Justiça

PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE APLICADO DE MODO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DO EDITAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

[...]

2. Também no recurso especial lastreado na alegada existência de divergência pretoriana se exige do recorrente a precisa indicação do dispositivo de lei federal que se afirma violado, sob pena de incidência da Súmula 284/STF. Precedentes: AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 17/3/2014; AgRg no REsp 1.527.274/MG, Rel.<sup>a</sup> Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 23/9/2015; AgRg no AREsp 736.813/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 22/9/2015; AgRg no Ag 1.088.576/RS, Rel.<sup>a</sup> Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 26/8/2015.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp n. 770.014/SC, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 3/2/2016).

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. RURAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO.

Observa-se grave defeito de fundamentação no apelo especial, uma vez que o agravante não particulariza quais os preceitos legais infraconstitucionais estariam supostamente afrontados. Assim, seu recurso não pode ser conhecido nem pela alínea "a" e tampouco pela alínea "c" do permissivo constitucional, porquanto, ao indicar a divergência jurisprudencial sem a demonstração do dispositivo de lei violado, caracterizadas estão a alegação genérica e a deficiência de fundamentação recursal.

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp n. 821.869/SP, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24/2/2016).

No mais, é inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial (alínea "c" do permissivo constitucional), quando o recorrente não demonstra o alegado dissídio por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, com a exposição das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a transcrição das ementas dos julgados em comparação. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.558.877/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/02/2016; AgRg no AREsp 752.892/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 04/11/2015.

No presente caso, a parte recorrente deixou de realizar o cotejo analítico, não atendendo, portanto, aos pressupostos específicos à configuração do dissenso jurisprudencial, preconizados pelo art. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e pelo art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

